

SIPS

Sistema de Indicadores de Percepção Social



Defesa Nacional
(Parte I)
15 de dezembro de 2011

Governo Federal

Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

Ministro Wellington Moreira Franco

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente

Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional

Geová Parente Farias

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto

Marcos Antonio Macedo Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia

Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

Vanessa Petrelli de Correa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais

Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, substituto

Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais

Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete

Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação

Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>

Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

O Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)

O *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)* é uma pesquisa domiciliar e presencial que visa captar a percepção das famílias acerca das políticas públicas implementadas pelo Estado, independente destas serem usuárias ou não dos seus programas e ações. A partir desta 2ª edição, a pesquisa passa a ser realizada em 3775 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação. Passa também a ser utilizado o método de amostragem probabilística de modo a garantir uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o Brasil e para as cinco grandes regiões.

1. Introdução¹

Desde o final dos anos 1990, o tema da Defesa Nacional tem estado cada vez mais presente nos debates políticos, acadêmicos e econômicos no Brasil. Entre outros exemplos, citam-se: a criação do Ministério da Defesa, em 1999; a aprovação de uma nova Política de Defesa Nacional (PDN), em 2005; a criação da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), também em 2005; a elaboração da Estratégia Nacional de Defesa (END), em 2008; o processo de elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional, ora em curso; e as discussões em torno da revitalização da base industrial de defesa brasileira. Todos estes fatos/processos demonstram o quanto a Defesa Nacional se transformou em um tema estudado e debatido também por pesquisadores e instituições civis, contrapondo-se à perspectiva de que os assuntos de defesa são objeto de reflexão apenas no âmbito das Forças Armadas.

Com o objetivo de oferecer informações aos atores que trabalham com o tema da Defesa Nacional, sejam estes militares das Forças Armadas, técnicos do governo, parlamentares, acadêmicos, integrantes de organizações da sociedade civil, empresários, entre outros, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) realizou entre os dias 8 e 29 de agosto de 2011 uma pesquisa acerca da percepção da sociedade brasileira sobre o presente e o futuro da Defesa Nacional.

Para a formulação de políticas públicas, particularmente, julga-se imprescindível saber o que a sociedade brasileira pensa sobre o tema, possibilitando assim o fortalecimento dos vínculos entre Estado e sociedade numa área vital para o futuro do país. Como afirmado na END, “[n]ada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa.”.

A abrangência assegurada pelo alcance da amostra permite a elaboração de um retrato da percepção do brasileiro acerca da Defesa Nacional. Foram aplicadas 30 questões, estruturadas em torno de quatro eixos temáticos: *i*) percepção de ameaças; *ii*) percepção sobre a Defesa Nacional e as Forças Armadas; *iii*) poder militar do Brasil e inserção internacional; e *iv*) Forças Armadas e Sociedade. Foram ouvidas 3.796 pessoas, em todas as unidades da federação.² Neste primeiro comunicado, são analisadas as questões que trataram da percepção de ameaças. Em documentos a serem publicados posteriormente serão analisados os demais eixos temáticos.

2. Percepção de ameaças

Na Política de Defesa Nacional do Brasil, de 2005, o termo segurança é definido como “(...) a condição em que o Estado, a sociedade ou os indivíduos não se sentem expostos a riscos ou ameaças, (...)”. Em outro trecho da PDN afirma-se que “[a]pós um longo período sem que o Brasil participe de conflitos que afetem diretamente o território nacional, a percepção das ameaças está desvanecida para muitos brasileiros.”. Contudo, qual é a parcela da população que percebe a possibilidade de que o Brasil se envolva em um confronto militar externo? E em que grau a população brasileira teme a ocorrência de uma guerra em comparação ao seu temor em relação a outros tipos de ameaça?

Um dos quatro eixos temáticos da pesquisa *SIPS – Defesa Nacional* buscou responder estas questões, captando o que, na visão da sociedade brasileira, representa – ou pode vir a representar no futuro – algum tipo de ameaça à sua sobrevivência, bem-estar ou condição social e política, bem como à integridade do país e das instituições nacionais.

Conforme consta na tabela 1, numa lista de possíveis ameaças, destacou-se o crime organizado como aquela que atualmente produz maior medo na sociedade brasileira: 54,2% dos entrevistados afirmaram temer os efeitos da criminalidade sobre suas vidas. Desastres ambientais ou climáticos também foram apontados como possíveis ameaças por 38,6% dos entrevistados, enquanto cerca de um terço dos indivíduos destacou o risco de uma eventual guerra, seja com países vizinhos seja com potências estrangeiras. Por sua vez, terrorismo e epidemias foram indicados como eventos relevantes por cerca de 30% dos entrevistados.

A região Sul apresentou os menores percentuais de percepção de ameaças, excluindo guerras: 46,3% dos entrevistados declararam temer o crime organizado, enquanto 15,5% o terrorismo e 17,3% o risco de epidemias; já na região Norte os percentuais de entrevistados que disseram temer essas possíveis ameaças alcançaram, respectivamente, 63,1%, 32,2% e 47,6%. Ainda com respeito à criminalidade, verificou-se que a percepção desta ameaça é maior entre as faixas etárias mais elevadas.

O temor em relação a uma guerra estrangeira foi citado por aproximadamente um terço dos entrevistados. O maior índice foi encontrado na região Nordeste, alcançando 39,5% de temor de uma guerra contra uma potência estrangeira e 35% de uma guerra contra um país vizinho. A região Centro-Oeste, por sua vez, teve os menores percentuais de entrevistados que afirmaram temer uma guerra.

O terrorismo foi citado por 30% dos entrevistados, tendo alcançado o maior percentual na região Nordeste e o menor na região Sul.

Tabela 1 – Percepção de ameaças (por região)

Pergunta: Cada pessoa tem uma percepção própria daquilo que possa ser uma ameaça para ela, para sua família, para sua cidade e para seu país, ou seja, cada pessoa possui certos medos. Assim sendo, de quais das seguintes ameaças o(a) Sr(a). tem medo?

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Crime organizado	53,7%	50,1%	63,1%	58,0%	46,3%	54,2%
Desastre ambiental ou climático	46,3%	36,2%	54,0%	39,2%	29,4%	38,6%
Guerra com potência estrangeira	28,9%	39,5%	29,2%	33,5%	34,6%	34,7%
Guerra com país vizinho	27,8%	35,0%	29,5%	33,6%	31,5%	33,0%
Epidemias	34,8%	33,3%	47,6%	29,2%	17,3%	30,5%
Terrorismo	38,5%	39,5%	32,2%	25,5%	15,5%	29,5%
Outros	0,4%	1,1%	1,3%	0,9%	0,2%	0,8%
Nenhuma das anteriores	2,2%	3,4%	1,3%	2,1%	4,2%	2,7%
Não sabe/não respondeu	0,4%	0,4%	0,0%	0,2%	0,2%	0,3%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

Nota: Nesta questão, o entrevistado poderia assinalar mais de uma resposta.

Com respeito a possíveis ameaças militares em decorrência de interesses associados à Amazônia brasileira e aos campos de exploração do Pré-Sal – duas porções estratégicas do território nacional –, a pesquisa identificou uma percepção semelhante dos entrevistados quanto estas duas áreas são comparadas, embora a percepção de ameaça militar seja ligeiramente mais elevada em relação à Amazônia brasileira.

Tabela 2 – Percepção de ameaça de agressão militar estrangeira em função de interesses na Amazônia brasileira (nos próximos 20 anos, por região)

Pergunta: A Amazônia brasileira possui muitos recursos naturais, como os minérios, a água e as próprias florestas. O(a) Sr(a). acredita que o Brasil, nos próximos vinte anos, possa sofrer uma invasão militar estrangeira com o objetivo de controlar os recursos naturais da Amazônia?

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Acredita totalmente/muito	50,0%	48,3%	66,1%	50,3%	44,9%	50,2%
Acredita razoavelmente	17,4%	13,6%	11,4%	18,3%	23,5%	17,1%
Acredita pouco/não acredita	31,5%	34,5%	22,1%	29,5%	28,8%	30,4%
Não sabe/não respondeu	1,1%	3,6%	0,4%	1,9%	2,8%	2,3%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

Metade dos entrevistados acredita totalmente ou muito que o Brasil se tornará alvo de algum tipo de agressão militar estrangeira nos próximos 20 anos em função de interesses sobre a Amazônia brasileira e 45,5% acreditam totalmente ou muito que isto ocorrerá em relação ao Pré-Sal; os percentuais dos que consideraram essa hipótese pouco provável ou impossível foram, respectivamente, de 30,4% e 34,3%.

Conforme se observa nas tabelas 2 e 3, os entrevistados na região Norte do Brasil destacaram-se por apresentar a maior convicção quanto à ocorrência desses eventos: 66,1% acreditam totalmente ou muito na ocorrência de uma agressão militar estrangeira em função de interesses na região amazônica e 62,4% na bacia do Pré-Sal; em contraste, cerca de 45% dos entrevistados no Sul do país manifestaram convicção semelhante quanto a essas ameaças.

Tabela 3 – Percepção de ameaça de agressão militar estrangeira em função de interesses na bacia do pré-sal (nos próximos 20 anos, por região)

Pergunta: Há alguns anos atrás, foi anunciada a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural a alguns quilômetros do litoral do Brasil, chamadas de reservas do Pré-Sal. O(a) Sr(a). acredita que o Brasil, nos próximos vinte anos, possa sofrer uma invasão militar estrangeira com o objetivo de controlar estas reservas?

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Acredita totalmente/muito	37,4%	43,5%	62,4%	45,1%	45,1%	45,5%
Acredita razoavelmente	16,7%	15,1%	12,4%	18,3%	23,9%	17,6%
Acredita pouco/não acredita	45,2%	37,2%	24,8%	34,2%	28,7%	34,3%
Não sabe/não respondeu	0,7%	4,2%	0,3%	2,5%	2,4%	2,7%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

Em termos de idade, conforme se observa nas tabelas 4 e 5, nota-se que a preocupação em relação a essas ameaças é menor entre os entrevistados nas faixas etárias de 55 a 64 anos e mais de 64 anos. Enquanto 52,2% dos entrevistados de 18 a 24 anos acreditam totalmente ou muito em uma agressão militar estrangeira contra o Brasil em função de interesses na Amazônia nas próximas duas décadas e 48,5% viram risco similar em relação à região do Pré-Sal, o percentual de entrevistados que acredita nessas ameaças se reduz, respectivamente, para 43,8% e 40,6% entre as pessoas com mais de 64 anos de idade.

Tabela 4 – Percepção de ameaça de agressão militar estrangeira em função de interesses na Amazônia brasileira (nos próximos 20 anos, por idade)

Pergunta: A Amazônia brasileira possui muitos recursos naturais, como os minérios, a água e as próprias florestas. O(a) Sr(a). acredita que o Brasil, nos próximos vinte anos, possa sofrer uma invasão militar estrangeira com o objetivo de controlar os recursos naturais da Amazônia?

	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	+ de 64 anos	BRASIL
Acredita totalmente/muito	52,2%	52,4%	49,6%	52,7%	47,3%	43,8%	50,2%
Acredita razoavelmente	18,3%	16,5%	17,7%	16,2%	15,3%	18,7%	17,1%
Acredita pouco/não acredita	27,8%	28,8%	31,4%	28,8%	34,6%	33,6%	30,4%
Não sabe/não respondeu	1,8%	2,3%	1,3%	2,3%	2,8%	3,9%	2,3%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

Tabela 5 – Percepção de ameaça de agressão militar estrangeira em função de interesses na bacia do Pré-Sal (nos próximos 20 anos, por idade)

Pergunta: Há alguns anos atrás, foi anunciada a descoberta de grandes reservas de petróleo e gás natural a alguns quilômetros do litoral do Brasil, chamadas de reservas do Pré-Sal. O(a) Sr(a). acredita que o Brasil, nos próximos vinte anos, possa sofrer uma invasão militar estrangeira com o objetivo de controlar estas reservas?

	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 a 44 anos	45 a 54 anos	55 a 64 anos	+ de 64 anos	BRASIL
Acredita totalmente/muito	48,5%	50,9%	46,6%	42,2%	39,8%	40,6%	45,5%
Acredita razoavelmente	19,7%	15,0%	16,4%	18,5%	19,3%	18,0%	17,6%
Acredita pouco/não acredita	30,4%	31,6%	35,4%	36,2%	37,2%	37,1%	34,3%
Não sabe/não respondeu	1,4%	2,5%	1,6%	3,1%	3,8%	4,3%	2,7%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

Buscou-se identificar, dentre uma lista de países pré-selecionados, quais seriam aqueles mais frequentemente apontados como possíveis ameaças militares ao Brasil nos próximos 20 anos. Nesse quesito, destacaram-se, em primeiro lugar, os Estados Unidos, com cerca de 37% de indicações dos entrevistados. A Argentina figurou em segundo lugar, com 15,6% de apontamentos, seguida pela Bolívia, com 12,2%; todos os demais países indicados apresentaram, na esfera nacional, percentuais inferiores a 10%.

Verificaram-se diferenças significativas nas percepções quando estas são classificadas por regiões. Os entrevistados da região Norte apresentaram uma percepção de ameaça mais disseminada: apenas 14% dos entrevistados descartaram qualquer possibilidade de ameaça militar ao Brasil nas próximas duas décadas, contra mais de 22%, em média, no país. Seus apontamentos quanto a possíveis ameaças militares externas também superaram os das demais regiões brasileiras para quase todos os países selecionados.

**Tabela 6 – Percepção de ameaça militar estrangeira
(nos próximos 20 anos, por região)**

Pergunta: Como já foi mencionado, o Brasil, atualmente, vive em paz com os outros países do mundo. Mas e quanto ao futuro? O(a) Sr(a). acha que alguns dos países listados a seguir poderão, nos próximos vinte anos, ser uma ameaça militar para o Brasil?

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Argentina	13,3%	14,4%	22,2%	14,6%	18,6%	15,6%
Bolívia	11,9%	7,7%	24,8%	10,6%	18,6%	12,2%
China	9,3%	8,1%	14,4%	10,5%	7,9%	9,7%
Colômbia	8,5%	9,2%	20,5%	10,0%	9,9%	10,5%
Estados Unidos	43,7%	36,9%	40,9%	41,1%	20,6%	37,1%
Índia	1,1%	3,3%	3,7%	1,9%	0,7%	2,2%
Países da Europa	8,9%	7,6%	12,8%	9,4%	5,7%	8,6%
Paraguai	7,8%	6,2%	8,1%	5,0%	3,7%	5,6%
Rússia	10,4%	9,2%	18,1%	8,5%	4,4%	9,0%
Venezuela	7,4%	7,0%	9,4%	5,4%	2,9%	5,9%
Outros	0,4%	1,0%	2,0%	1,5%	0,4%	1,2%
Nenhum	28,5%	19,2%	14,1%	25,3%	23,2%	22,6%
Não sabe/não respondeu	1,8%	9,6%	2,0%	3,9%	7,5%	5,7%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

Dentre os mesmos países pré-selecionados, procurou-se também determinar quais poderiam eventualmente desempenhar o papel de importantes aliados ou parceiros do Brasil. As respostas constam da tabela 7.

Novamente, os Estados Unidos despontaram com o maior número de apontamentos: 32,4% dos entrevistados veem este país como provável aliado ou parceiro importante, percentual ligeiramente acima do alcançado pela Argentina (31,4%). Em seguida figuraram China (16,7%), Bolívia (15,1%), Paraguai (15%) e os países da Europa (14,6%). A região Norte foi a que ostentou o menor percentual de entrevistados que se mostraram céticos quanto à possibilidade de o Brasil desenvolver alianças ou parcerias importantes nas próximas duas décadas: 7,4%, contra quase 15% na média nacional.

Tabela 7 – Percepção de possibilidade de alianças ou parcerias com outros países (nos próximos 20 anos, por região)

Pergunta: O(a) Sr(a). acha que alguns dos países listados a seguir serão, nos próximos vinte anos, importantes aliados do Brasil? Ou seja, serão países amigos/parceiros do Brasil?

	Centro-Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	BRASIL
Argentina	30,7%	24,7%	34,6%	34,0%	35,2%	31,4%
Bolívia	21,9%	7,7%	18,8%	17,4%	17,5%	15,1%
China	21,9%	13,8%	14,8%	19,8%	12,0%	16,7%
Colômbia	11,5%	5,7%	13,1%	11,4%	8,9%	9,6%
Estados Unidos	37,0%	32,8%	54,7%	32,0%	18,6%	32,4%
Índia	7,0%	6,1%	10,1%	6,2%	6,6%	6,6%
Países da Europa	18,5%	12,2%	27,9%	15,7%	6,8%	14,6%
Paraguai	22,6%	11,3%	16,1%	17,1%	12,0%	15,0%
Rússia	6,3%	4,8%	7,4%	6,1%	3,7%	5,5%
Venezuela	10,4%	6,3%	11,7%	9,8%	4,6%	8,3%
Outros	2,2%	1,6%	3,0%	1,8%	1,6%	1,8%
Nenhum	12,6%	12,5%	7,4%	17,2%	14,8%	14,4%
Não sabe/não respondeu	2,2%	11,5%	1,0%	6,1%	11,7%	7,7%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

O questionário procurou ainda captar a percepção da população brasileira acerca da influência exercida pelas organizações não governamentais (ONGs) estrangeiras na Amazônia brasileira. O resultado mostrou opinião favorável ao trabalho dessas entidades: mais de 60% dos entrevistados apontaram como muito positiva ou positiva a atuação das ONGs naquela região, contra pouco menos de 20% que desaprovaram suas atividades. Nota-se que esse percentual de aprovação se reduz entre as faixas etárias mais elevadas de entrevistados, caindo de quase 70% entre os jovens de 18 a 24 anos para pouco mais de 50% entre os entrevistados com mais de 64 anos.

Tabela 8 – Percepção quanto à influência das ONGs estrangeiras na Amazônia brasileira (por faixa etária, grau de escolaridade e região)

Pergunta: Atualmente, existem algumas organizações não governamentais estrangeiras trabalhando na Amazônia brasileira. Algumas pessoas afirmam que a presença delas é importante, pois elas contribuem para a defesa do meio ambiente e para proteger os direitos humanos ou as minorias, como os índios. Outras pessoas, contudo, dizem que estas organizações defendem interesses de outros países e não os do Brasil. Na sua opinião, a influência das organizações não governamentais estrangeiras na Amazônia brasileira é: muito positiva, positiva, nem positiva nem negativa, negativa ou muito negativa?

	Muito positiva/positiva	Nem positiva nem negativa	Negativa/muito negativa	NS/NR
Faixa etária				
18 a 24 anos	68,4%	16,2%	13,4%	2,0%
25 a 34 anos	64,9%	15,6%	16,7%	2,8%
35 a 44 anos	58,7%	20,9%	18,8%	1,6%
45 a 54 anos	61,9%	14,9%	20,2%	3,0%
55 a 64 anos	58,2%	18,5%	20,3%	3,0%
+ de 64 anos	51,5%	17,7%	26,2%	4,6%
Grau de escolaridade				
Não escolarizado e Fundamental (incompleto/completo)	61,4%	16,1%	18,8%	3,7%
Ensino Médio (incompleto/completo)	61,9%	18,1%	17,9%	2,1%
Superior (incompleto/completo)/Pós-Graduação	56,7%	19,1%	22,8%	1,4%
Região do Brasil				
Centro-Oeste	53,7%	22,2%	23,3%	0,8%
Nordeste	67,0%	12,7%	16,4%	3,9%
Norte	65,4%	11,4%	22,8%	0,3%
Sudeste	60,8%	18,8%	17,5%	2,9%
Sul	51,6%	22,6%	23,4%	2,4%
BRASIL	61,1%	17,3%	18,9%	2,7%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

Já na análise de percepção por grau de escolaridade, verifica-se uma aprovação ligeiramente menor à atuação das ONGs entre os entrevistados com nível superior (incompleto ou completo) ou pós-graduação. Por outro lado, a análise por corte regional evidencia uma visão mais positiva acerca do trabalho dessas instituições nas regiões Nordeste e Norte, enquanto nas regiões Sul e Centro-Oeste o percentual de aprovação se mostra mais reduzido.

Com respeito aos possíveis impactos deletérios para o Brasil de conflitos violentos no entorno sul-americano, 54,6% dos entrevistados acreditam que tais eventos podem afetar o país, contra 41,9% que descartam esse risco. A região Sul foi a que apresentou a menor percepção relativa para essa possível ameaça: 32,5% dos entrevistados consideraram que esses conflitos podem afetar de alguma forma o Brasil, contra 63% na região Centro-Oeste.

Tabela 9 – Percepção quanto ao impacto de conflitos no entorno sul-americano (por região)

Pergunta: Em alguns países vizinhos, ocorrem conflitos violentos. São casos deste tipo os conflitos entre governo e guerrilhas na Colômbia, Paraguai e Peru; os conflitos sociais na Bolívia; e as disputas políticas entre Colômbia, Venezuela e Equador. O(a) Sr(a), acha que estes conflitos podem afetar o Brasil? Sim ou não?

	Existe impacto	Não existe impacto	NS/NR
Centro-Oeste	63,0%	35,9%	1,1%
Nordeste	54,8%	42,0%	3,2%
Norte	57,1%	42,3%	0,7%
Sudeste	60,3%	36,8%	2,9%
Sul	32,5%	59,5%	8,0%
BRASIL	54,6%	41,9%	3,4%

Fonte: Pesquisa SIPS – Ipea, 2011.

3. Considerações finais

A discussão do tema da Defesa Nacional, durante muito tempo, permaneceu restrita às Forças Armadas. No entanto, ela vem ganhando destaque na esfera civil desde o final dos anos 1990, caminhando no sentido de se consolidar, cada vez mais, como uma importante política pública do nosso país, devendo dessa forma ser constantemente aprimorada por meio do debate democrático e da responsividade dos agentes públicos.

O que se pôde observar pela pesquisa é que, no tocante à percepção de ameaças, não obstante uma maior preocupação com riscos encontrados no seu cotidiano, com destaque para a criminalidade, outros eventos extremos, a exemplo de epidemias e catástrofes ambientais, também emergem como tema de preocupação social, assim como as consequências de eventuais conflitos ocorridos nos países vizinhos.

Além disso, prevalece uma percepção de que os interesses estratégicos envolvendo a Amazônia e o Pré-Sal afetarão de forma significativa as relações do Brasil com outros países do mundo, e mesmo a possibilidade de conflitos armados envolvendo o Brasil nas próximas décadas é encarada como factível por grande parte dos entrevistados. A pesquisa aponta ainda que a influência das ONGs estrangeiras na região amazônica é vista de forma favorável.

Notas

1. Levantamento de dados realizado sob a coordenação da Assessoria Técnica da Presidência do Ipea (Astec). Documento elaborado por Almir de Oliveira Júnior, Edison Benedito da Silva Filho e Rodrigo Fracalossi de Moraes, técnicos de Planejamento e Pesquisa do Ipea. A elaboração do questionário teve o auxílio de Flávia de Holanda Schmidt, Lúcio Rennó, Luiz César Loureiro de Azeredo e Reginaldo Mattar Nasser, enquanto a revisão deste Comunicado teve o auxílio de Walter Desiderá Neto, aos quais o Ipea agradece, isentando-os de qualquer responsabilidade por eventuais equívocos.
2. Nota metodológica: adotou-se uma abordagem quantitativa cujo método estatístico permitiu determinar, por amostragem probabilística, com erro amostral de 5% para o Brasil e regiões e nível de confiança de 95%, o tamanho da amostra de 3.796 domicílios para, assim, aferir a percepção da população sobre o fenômeno em questão. Para tanto, a amostragem foi decomposta em três etapas: *i*) na primeira, houve uma estratificação por regiões, mantendo-se tamanhos amostrais pré-fixados com margem de erro de 5%. Dentro de cada estrato (região), houve sorteio dos municípios através de amostragem por conglomerados, controlando a distribuição por porte e por unidade da Federação; *ii*) na segunda etapa, já devidamente definidos os municípios amostrados, houve um sorteio dos domicílios, cujo critério aleatório foi composto por dois estágios, a) sorteio do setor censitário e b) arrolamento sistemático dos domicílios; *iii*) por fim, dada a definição prévia dos domicílios, adotou-se a amostragem sistemática das pessoas, cujo questionário era respondido por quem se encontrava presente em cada domicílio.



**Ipea - Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada**

**Secretaria de Assuntos Estratégicos da
Presidência da República**